

A Cooperação Internacional e a Expansão do Indigenismo Integracionista: O Caso Missão Andina

Ricardo Verdum

Resumo

Este artigo tem como objetivo contribuir para a compreensão da importância das chamadas agências de cooperação internacional na formulação e implementação de políticas indigenistas. Trata-se de um estudo de caso, do denominado Programa Indigenista Andino ou Missão Andina, implementado na Região Andina nos anos 1950 e 1970 sob a coordenação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esse Programa tinha como objetivo “aliviar a pobreza” e “promover o desenvolvimento dos povos indígenas” na região. Nossa expectativa é que o artigo sirva como estímulo para estudos mais aprofundados sobre o tema e permita o estabelecimento de comparações com experiências similares na América Latina.

Abstract

This article aims to contribute to the understanding of the importance of so-called international cooperation agencies in the formulation and implementation of indigenismo policies. One is about a study of case, the called Andean Indigenista Program or Andean Mission, implemented in the Andean Region in years 1950 and 1970 under the coordination of the International Labour Organization (ILO). This Program had as objective “to alleviate the poverty” and “to promote the development of the aboriginal peoples” in the region. Our expectation is that the paper serves as incentive for deepened studies more on the subject and allows the establishment of comparisons with similar experiences in Latin America.

O Programa Indigenista Andino, também conhecido como Misión Andina, foi implementado na Região Andina entre os anos 1950 e 1970, sob a coordenação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo por objetivos “aliviar a pobreza” e “promover o desenvolvimento” dos povos indígenas na região. O estudo desse caso se justifica pelos seguintes motivos: os documentos acessados durante a pesquisa, tanto os “de época” como estudos e relatos posteriores, são de grande valia para ampliar nossa compreensão sobre os pressupostos, objetivos e a atuação do indigenismo integracionista; por ampliar nossa compreensão sobre a importância das agências de cooperação internacional na implementação do indigenismo integracionista clássico; por fornecer informações sobre um programa de intervenção indigenista de grande

magnitude geográfica e demográfica, pouco conhecido e acessível ao público brasileiro; e por permitir o estabelecimento de comparações com experiências similares posteriores ou mais recentes na América Latina.¹

Como veremos a seguir, o indigenismo foi uma corrente de pensamento e de ação política com extensão e expressão continental, em que as agências multilaterais ligadas aos sistemas OEA e ONU tiveram um papel estratégico.² Por seu intermédio, as experiências e o prestígio alcançado pelo indigenismo e a antropologia nacional mexicana no meio intelectual latino-americano foram elevados à condição de modelos a ser seguido para melhor *integrar* os indígenas no processo de modernização econômica, cultural e política do continente, particularmente a partir da segunda metade dos anos 1940. Essas agências incentivaram a formação de instituições indigenistas nacionais; promoveram e facilitaram a articulação intergovernamental; incentivaram e apoiaram a participação de instituições de pesquisa e ensino; bem como o envolvimento do setor privado e de agências financiadoras públicas e privadas. É nesse sentido que compartilho com Antonio Carlos de Souza Lima (2002) a visão de que estamos diante de um conjunto de saberes e modos de exercício do poder oriundos do Estado Nacional mexicano das primeiras décadas do século XX, mas que, sob a forma de uma ideologia administrativa que estrutura as políticas estaduais para as populações indígenas, descontextualizou-se, migrando e disseminando-se por toda a América Latina. Nesse mesmo trabalho, Souza Lima (1995: 14-15) apresenta uma interessante distinção entre indigenismo e política indigenista. Para ele, o termo política indigenista se restringe às “medidas práticas formuladas por distintos poderes estatizados, direta ou indiretamente

¹ Parte do que vamos apresentar e discutir neste artigo vem da minha tese de doutoramento, defendida no Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília (Ceppac/UnB, 2006). Sou grato a Gustavo Lins Ribeiro, Antônio Carlos de Souza Lima e Carlos B. Vainer pelos comentários e sugestões feitos a versão preliminar deste artigo.

incidentes sobre os povos indígenas”. Já o indigenismo se refere ao conjunto de ideias e ideais relativo à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a Estados nacionais, com ênfase especial na formulação de métodos para o tratamento das populações originárias, operados segundo uma definição do que seja índio.

As investigações documentais realizadas permitiram encontrar muitas analogias entre a Missão Andina e outros momentos e inclusive com processos mais recentes da ação indigenista no continente. Como veremos mais a frente, salvar os indígenas da pobreza e trazê-los para o convívio numa sociedade democrática e com justiça social passou a ser a partir da década de 1950 o eixo principal do discurso e da ação indigenista internacional na região latino-americana, em particular nos países de língua hispânica. Isso era visto como parte do objetivo de promoção do progresso e base para o desenvolvimento nacional. Acrescente-se ainda o fato de que estamos num momento de promoção da aceleração do chamado crescimento da atividade econômica na região, baseada fundamentalmente na exploração dos recursos naturais e na implementação de políticas de infraestrutura e industrialização, inclusive nas terras e territórios ocupados por comunidades indígenas.³

Outro dado interessante que surge ai é o papel de destaque que os antropólogos desempenham, participando e apoiando na formulação da política indigenista dos Estados, no exercício concreto de seus poderes, na criação de canais de comunicação entre os diferentes indigenismos e políticas indigenistas dos Estados, e na estruturação de um aparato político-administrativo transnacional a partir dos anos 1940. No geral, se tratava de usar a perspicácia dos antropólogos quanto aos costumes, à estrutura social e

² A Organização dos Estados Americanos (OEA) foi criada maio de 1948, por ocasião da IX Conferência Internacional de Estados Americanos (Bogotá, Colômbia); a Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial.

³ Investigação desenvolvida por Henri Favre (1988) é, ainda hoje, uma das poucas contribuições consistentes e referências sobre a história e a cultura política deste que é um dos principais movimentos políticos e intelectuais na América Latina no século XX.

aos valores indígenas, para propor vias de transição menos dolorosas tanto para a população indígena como para o Estado. Desafortunadamente, conclui Larissa Lomnitz (1983: 251), muitos destes projetos nunca apareceram na literatura antropológica - os mais renomados provavelmente são aqueles onde houve uma participação internacional, tais como o *Projeto Vicos* no Peru, ou a *Missão Andina* da Organização Internacional do Trabalho.⁴

O indigenismo integracionista clássico

Segundo Hector Díaz-Polanco (1991: 92-96), para um dos principais ideólogos do *indigenismo integracionista*, o mexicano Aguirre Beltrán, esse modelo de indigenismo se propunha a ser um corretor da visão liberal e das idéias etnocêntricas da política anterior, introduzindo um elemento de justiça social na política indigenista. Nele, os comportamentos da cultura indígena em princípio são aceitos como válidos, mas postula-se a “integração dos índios à sociedade nacional, a ser realizada respeitando os valores de suas culturas e sua dignidade de homens” (idem: 92). Mas esse movimento reformista padece de uma grave e insolúvel contradição interna: ao mesmo tempo em que postula o *relativismo cultural*, os integracionistas não abandonam a meta de incluir os índios na sociedade nacional. Por baixo do discurso ideológico relativista há uma prática integracionista; separam-se os “aspectos positivos” das culturas indígenas daqueles que devem desaparecer, pois são “contrários” ao bom andar do processo de “integração nacional”, do “progresso” e da “cultura nacional”.

De elemento chave na estratégia do Estado mexicano para promover a integração nacional, criar uma identidade nacional e atender as demandas sociais dos

⁴ Sobre o Brasil, o trabalho de Peter Schröder (2003) é ainda hoje uma das poucas tentativas de sistematização abrangente e análise crítica da informação sobre e da ação indigenista de promoção do chamado desenvolvimento econômico indígena. Ele foi elaborado como parte dos estudos preliminares que auxiliaram no desenho de um mecanismo de fomento e apoio do governo federal a projetos de desenvolvimento indígena, o denominado PDPI - Projetos

indígenas após a Revolução de 1910-1920, o indigenismo integracionista é transportado para o campo internacional, tornando-se a base do discurso de agências internacionais de cooperação técnica, que viam ali um “gancho” para introduzir e desenvolver políticas modernizadoras das áreas rurais na América Latina. No ano de 1940, em Pátzcuaro (Michoacán, México), no I Congresso Indigenista Interamericano, o indigenismo integracionista é alçado à condição de paradigma para uma ação articulada em diferentes países e regiões do continente. Nas palavras de Victor Bretón (1999: 270-271),

A integração do pequeno produtor tradicional, de fato, tem sido um tema recorrente na literatura especializada, e há gerado não poucos intentos de mudança que compatibilizasse, ao mesmo tempo, o crescimento econômico e a coesão social dos estados nacionais. Com esta intenção, a América Latina se há convertido ao longo deste século em um vasto laboratório onde se têm experimentado todo o tipo de fórmulas para agilizar de forma harmônica o ambicionado desenvolvimento de suas áreas rurais, reduto para muitos de ativismos primitivistas e de formas de produção pré-capitalistas, disfuncionais e atrasadas do ponto de vista da modernidade.

A “integração do índio” nas economias dos Estados nacionais como "fuerza de trabajo campesina" torna-se prioridade dos Estados nacionais na Região Andina Central. Levar o desenvolvimento às áreas rurais, incorporando suas gentes e recursos nos circuitos econômicos de mercado, passa a mobilizar as elites nacionais e regionais que almejam um lugar na modernidade. A ação indigenista aparece aqui como parte do processo de socialização da população indígena, e como uma prática social subordinada aos processos de acumulação capitalista na região. Nesta ação político-cultural, as elites nacionais apregoam, então, a intenção de integrar os índios, ao lado dos requerimentos de modernização, integração e homogeneização social; de aumento da produtividade e do consumo; da formação de uma disposição econômica generalizada; de uma maior

Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), criado no âmbito do PPG7 - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (Verdum 2002).

tecnificação e especialização do trabalho; ao mesmo tempo em que uma administração empresarial mais eficiente.

Os primeiros estudos promovidos pelo indigenismo social apontam para o baixo desenvolvimento econômico, o atraso tecnológico, as deficiências sanitárias e as concepções e práticas de cura indígenas consideradas anacrônicas e supersticiosas. Decorre desse diagnóstico, postulam os promotores do *indigenismo social*, a necessidade de promoção da descentralização administrativa, a introdução da escolarização de massa, a criação de um sistema médico nacional, a definição de direitos sobre a terra e a modernização tecnológica da agricultura. Tem início o que Bartoli (2002: 12-13) chamou de um processo de pedagogia social e de progressiva absorção dos indígenas na trama social nacional, caracterizada como *aculturação planejada*.

A década de 1930 é, ao mesmo tempo, um período de ruptura e de incremento de processos político-culturais já em curso nas décadas anteriores. O que mais chama a atenção é a progressiva e crescente presença de conceitos e visões que acentuam o papel intervencionista do Estado na economia, com a crescente importância do aparato burocrático estatal no planejamento e na gestão da economia. Em paralelo, ganham força as concepções que defendem o fomento à industrialização como meio para desenvolver e modernizar as economias e sociedades nacionais.

O “problema indígena” e a cooperação para o desenvolvimento nos Andes

Em fevereiro de 1952, a Junta de Assistência Técnica da ONU aprovou a implementação de um projeto de estudo sobre a situação de *miséria e exploração* em que viveria grande parte da população indígena do altiplano andino na Bolívia, Peru e Equador. Esse projeto foi dirigido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT),

em colaboração com as Nações Unidas (ONU), a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Alimentação e a Agricultura (OAA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Uma sexta organização se incorporou posteriormente à missão, foi o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). No âmbito da OIT, a decisão de implementar esta *missão indigenista andina* havia sido aprovada em janeiro de 1951, na forma de resolução, na primeira reunião da Comissão de Especialistas em Assuntos Indígenas, celebrada na cidade de La Paz, Bolívia.

A OIT já realizava estudos sobre os *trabalhadores indígenas* nos países independentes desde 1921. Com o crescimento da demanda por normatização e regularização das relações de trabalho envolvendo indígenas, em maio de 1926 o Conselho de Administração da OIT instituiu a Comissão de Especialistas em Trabalho Indígena, que celebrou sua primeira reunião em julho de 1927. Os trabalhos dessa Comissão culminaram numa série de convenções e recomendações internacionais na área trabalhista. Nove anos depois, em janeiro de 1936, na I Conferencia Regional dos Estados Americanos Membros da OIT, em Santiago do Chile, foi solicitado aos países a sistematização de todas as informações disponíveis sobre a situação econômica e social de vida e de trabalho das populações indígenas. Já naquele momento se pensava iniciar um estudo especial deste problema, visando identificar a necessidade e as condições para a organização de uma ação conjunta internacional.

Mas o envolvimento da OIT com o *problema indígena* não pára por aí. Em 1943 ela participou de uma missão conjunta dos governos da Bolívia e dos Estados Unidos com vistas a diagnosticar as condições de vida e de trabalho dos mineiros bolivianos que, em sua maioria, eram indígenas. Por coincidência ou não, neste mesmo ano são realizados os primeiros congressos indígenas de fala quéchua, apoiados por sindicatos

operários e universitários. Nesse mesmo período se produzem também os primeiros intentos dos militares para atrair e incorporar à vida política do país a população quéchua e aymara do altiplano. Há também uma intensa movimentação de grupos e organizações de esquerda que passam a se organizar nos anos 1930. Em 1944 é fundada a Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolívia (FSTMB). No Equador, também nos anos 1930, aparecem as primeiras organizações associativas de indígenas, estimuladas e apoiadas pelo Partido Socialista (fundado em 1926). Em 1931, a partir de discussão sobre a oportunidade de aderir a III Internacional, o Partido Socialista se divide, dando origem ao Partido Comunista, que teve grande influência na formação e orientação dos movimentos camponeses no Equador, especialmente desde que, em 1944, foi fundada a Federación Ecuatoriana de Indios (FEI). Em 1956 se constitui a Federación Nacional de Organizaciones Campesinas (FENOC), que originalmente aglutinou os setores católicos e democrata-cristãos e, mais tarde, toma uma orientação socialista. Em 1972 se funda o movimento Ecuador Runacunapac Riccharimvi (ECUARUNARI), com apoio de vertentes progressistas da Igreja Católica e de cristãos de esquerda. Interessa também registrar o fato de que os dois primeiros Congressos Indigenistas Interamericanos foram realizados nos dois principais centros irradiadores do chamado “indigenismo social”: no México (1940) e no Peru (1949). Sendo também nestes dois países onde mais se desenvolveram vigorosos movimentos sociais envolvendo periodistas, escritores, artistas e professores universitários, que chamavam a si de “indigenistas”, reagindo criticamente contra a geração dos “novecentistas”, os chamados “hispanistas” ou “arielistas”.

Em 1946, por ocasião da III Conferência Regional dos Estados da América Membros da OIT, se solicitou do Conselho Administrativo da OIT a preparação de “um informe completo sobre a situação das populações indígenas dos países da América”.

Na IV Conferência, realizada em Montevideu em abril/maio de 1949, se adotou uma resolução relativa às condições de vida e de trabalho das populações indígenas. A resolução solicitou do Conselho de Administração da OIT o desenvolvimento de programas de capacitação profissional; a extensão do seguro social e outras formas de proteção social; o regime de propriedade agrária e o crédito agrícola; a aplicação da legislação no que se refere à inspeção do trabalho e à proibição do trabalho gratuito; a relação, no salário agrícola, entre a parte paga em efetivo e a parte paga em espécie; a transformação das comunidades indígenas em cooperativas agropecuárias; as medidas de proteção dos interesses econômicos da indústria familiar indígena (problemas de acesso à matéria prima, crédito, técnica, comercialização de produtos etc.); entre outros. Finalmente, em 1953 a OIT publica o estudo “Poblaciones indígenas: Condiciones de vida e de trabajo de los pueblos autóctonos de los países independientes”, com cerca de 700 páginas, o qual considera ser “um dos estudos mais autorizados e globais existentes até aquele momento sobre as condições de vida e de trabalho das 'populações indígenas e tribais' de todas as regiões do mundo”.

O Programa Andino

Desenhado pelas Nações Unidas (ONU) e dirigido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o *Programa Andino* foi o primeiro e mais ambicioso programa multilateral situado no marco da política indigenista na Região Andina. Foi também o primeiro grande experimento de *desenvolvimento rural integrado* com indígenas-camposinos na América do Sul, sendo considerado um predecessor dos projetos de *Desenvolvimento Rural Integrado* (DRI) que, a partir dos anos 1980, se

converteram em paradigma para o desenvolvimento e modernização das áreas rurais na América Latina (Bretón 2000). Enfim, um grande projeto de engenharia social (Cernea 1995: 57).

A primeira fase da *Ação Andina* foi desenvolvida entre junho de 1952 e junho de 1953, e consistiu no envio de uma missão multidisciplinar à região para um exame geral, ainda que preliminar, do que havia sido feito pelos Estados nacionais com o objetivo de “integrar estas populações na vida econômica e social das três nações soberanas de Bolívia, Equador e Peru”. As fontes de informação então disponíveis sobre os indígenas davam conta de que se tratava de uma população avaliada em cinco ou seis milhões de pessoas, desde o norte da Argentina até o Equador, a maioria monolíngue falante de *quíchua* e *aymara*, vivendo apartada do restante da sociedade nacional, numa condição econômica e política de subordinação. Ainda, que ela necessitava ser integrada ao restante da sociedade, tendo em vista o seu potencial para a promoção do desenvolvimento nacional e o risco do comunismo. A perspectiva integracionista é bastante clara, a começar pela fala do coordenador da Missão, o etnólogo neozelandês Ernest Beaglehole, abaixo reproduzida:

“Embora seja sumamente difícil chegar a generalizações exatas sobre a integração social, econômica, política e cultural do índio do altiplano [diz Beaglehole], não parece ser contrário à verdade a afirmação de que, como sua integração social e política rara vez deixou de ser uma subordinação, sua integração econômica nunca pode ser mais que fragmentária, suas condições de vida raramente passaram do mínimo de subsistência, sua saúde com frequência deficiente, e sua instrução quase nula. A pesar de tudo, o índio representa hoje em dia um enorme caudal econômico e humano de reserva para seu país e para a região andina em seu conjunto” (Beaglehole 1953: 585).

A equipe era composta de membros de diferentes nacionalidades - neozelandesa, mexicana, suíça e peruana -, alguns com experiência de trabalho no campo dos “serviços de informações e consultas” em Roma (OAA), Paris (UNESCO), Genebra (OIT), Nova York (Nações Unidas) e Washington (OMS e OEA). O estudo prospectivo

tinha por objetivo diagnosticar objetivamente, com os instrumentos modernos das Ciências Sociais aplicadas e outras especialidades, as condições de vida da população indígena do altiplano andino. Complementarmente, visava a subsidiar a elaboração de um “programa de assistência técnica internacional”, a ser desenvolvido pelos organismos internacionais em parceria com os governos e, afirma-se, com os indígenas, individual e coletivamente:

“O objetivo de tal exame era determinar a classe de assistência técnica que havia de se prestar para completar os programas nacionais ou bem para ampliar novos programas, investigar a utilidade de alguns ‘projetos-piloto’ e escolher os lugares mais conveniente para levá-los a cabo. Esta primeira etapa foi cumprida por uma missão composta de especialistas nomeados pelas organizações citadas, assim como de um representante da Organização dos Estados Americanos, sob a direção do professor Ernest Beaglehole” (trecho da *apresentação* ao artigo de Beaglehole 1953: 582).⁵

À “Missão” estava posto o seguinte “problema”, diz Beaglehole:

“Preparar, com a cooperação tripartite dos governos, dos índios e das organizações internacionais, programas de ação que acelerem a integração dos indígenas na vida política, social e econômica de cada um dos três países andinos, orientando-os de maneira a que a integração subordinada atual se transforme em uma integração de caráter democrático; que além disso, seja de alcance regional, abarque a todos os aspectos do problema, se desenvolva organicamente, se baseie na livre aceitação antes que na coação, e se realize sem destruir a organização das comunidades aborígenes nem o modo de vida atual que tanto valor tem para o índio” (Beaglehole 1953: 585).

No que se refere ao relacionamento com os indígenas, Beaglehole (1953: 595) diz que a *Missão* buscou garantir a participação direta dos indígenas na definição dos problemas que os afligiam e na identificação das melhores soluções. Sem o consentimento dos grupos representantes dos índios, afirma Beaglehole, nenhum programa de melhora econômica e social, ainda que idealizado especialmente em seu

⁵ Ver Revista Internacional del Trabajo, volume XLVII (6). Na ocasião, Ernest Beaglehole é professor de psicologia no Victoria College, Universidades de Wellington, Nova Zelândia, sendo conhecido especialmente por seus estudos a respeito da integração do maoris - ver “Los maories em Nueva Zelanda: Estudio de un caso de integración económica y social”, em Revista Internacional del Trabajo vol. LVI, No. 2, agosto de 1957, págs. 117-139.

favor, poderia ter a mais mínima probabilidade de “arraigar-se solidamente na vida da coletividade indígena”.

Ao que parece o relacionamento com os funcionários dos governos, com os latifundiários e possivelmente com os próprios indígenas não transcorreu sem tensões e atrito, tanto que Beaglehole ressalta reiteradamente no seu relato que “a missão insistiu o quanto pode por entrar em contato com as comunidades indígenas e inteirar-se diretamente dos traços comuns e das peculiaridades que distinguem seus problemas para poder elaborar projetos onde a colaboração do índio fora um dos fatores básicos” (idem).

Como se vê, os responsáveis pela missão tinham alguma consciência da importância do envolvimento e da participação dos indígenas na elaboração do programa e de projetos, seja para garantir um mínimo de coerência e sintonia com as necessidades e interesses indígenas, seja para garantir um mínimo de legitimidade política aos resultados alcançados pelo estudo. Sobre isso, Beaglehole diz o seguinte:

“Deste modo, a própria missão (...) chegou unanimemente à conclusão de que, sem uma participação completa, contínua e fundada na colaboração dos membros da coletividade indígena, nenhum projeto teria probabilidade de lograr o desenvolvimento integral, orgânico e estrutural de tal coletividade” (Beaglehole 1953: 596).

Interessante observar as expectativas e hipóteses que a equipe trazia e que aos poucos foram sendo abandonadas. Elas nos dão uma dimensão do quão distanciados da realidade local estavam os membros da missão. Fala também deste lugar distanciando a visão um tanto instrumental dos indígenas nos seus planos de modernização dos Andes, e do foco desenvolvimentista que orienta sua ação e reflexão. A seguir reproduzimos um trecho do relato de Beaglehole onde isto aparece de forma explícita; se não esclarece em que condições viviam os indígenas do altiplano, ao menos deixa à vista como a

equipe pensava solucionar a situação dos indígenas que viviam no que foi identificado como “regiões empobrecidas do altiplano”:

“Em realidade, poderia escrever-se uma interessante história de um caso concreto (do ponto de vista das hipóteses e suas modificações, por exemplo) relatando a evolução do modo de pensar da missão sobre o Problema da colonização dos indígenas. A narração detalhada seria demasiado longa, mas basta dizer, em resumo, que, durante os primeiros dias de documentação, os membros da missão haviam se impressionado consideravelmente pelos argumentos em favor de um programa de ação para transferir grupos selecionados de indígenas, do altiplano boliviano, por exemplo, desde suas comunidades “mães” e umas comunidades “filhas”, e reinstalá-los nos vales férteis dos Andes orientais. As vantagens econômicas de tal colonização pareciam grandes, e os problemas humanos não insolúveis. Entretanto, depois de visitar os vales bolivianos, de conversar com as autoridades locais, quando os membros da missão discutiram entre si os aspectos econômicos e sanitários da colonização em uma zona próxima ao limite meridional do trópico, a missão não se sentiu já tão segura do terreno que pisava, e, ainda que não se falasse em abandonar totalmente a hipótese, se compreendeu que era preciso realizar um estudo prévio por um pequeno grupo de especialistas em alguns lugares selecionados, antes que os governos pedissem assistência técnica para empreender projetos de colonização. Não obstante, subsiste o fato de que grandes superfícies de terra semi-tropicais estão esperando na região andina que se inicie seu cultivo e se abram vias de comunicação. Com proteção sanitária adequada, instrumentos sobre os novos métodos agrícolas e certos tipos novos de cultivos, a garantia da ocupação das terras e boas vias de comunicação com os centros de venda, não seria impossível atrair aos indígenas das regiões empobrecidas do altiplano e instalar-los como colonos nestas terras recém abertas. Antes de chegar ao seu ponto de destino, a missão acreditava que esses projetos de colonização poderiam iniciar-se quase que imediatamente; ao seu regresso, havia modificado tanto suas hipóteses que o único que pode recomendar unanimemente foi que se empreendera um estudo das possibilidades de colonização no vale peruano de Tambopata, primeiro, e se continuara, na região boliviana de Vacas” (Beaglehole 1953: 587-588).

Menos de um ano após sua criação, isto é, em junho de 1953, a *Missão Beaglehole* apresenta seu informe, onde preconiza, com base nos estudos realizados no Equador e na Bolívia, a implementação de uma série de projetos em cada um dos países, integrados em um programa de abrangência regional. Segundo Beaglehole,

“foi muito difícil fazer triunfar a idéia de que o problema indígena de toda a região andina devia ser abordado em seu conjunto, pelo motivo evidente de que, afora alguns casos isolados, como o acordo boliviano-peruano sobre educação rural em Titicaca, as relações entre os três países interessados tem se caracterizado freqüentemente mais por um frio positivismo que por uma colaboração entusiasta. Não obstante, pela simples razão de que a região andina

é uma verdadeira entidade ecológica, na qual concorrem denominadores comuns sociais, econômicos, educativos e culturais, os planos da missão haviam de ser, por considerações de pura lógica e de economia prática, bastante regionais para evitar uma dualidade onerosa de projetos e uma excessiva prodigalidade dos serviços de assessores especialistas. Conseqüentemente, a missão elaborou um programa no qual cada projeto abarca, por si só, toda a região e pode ser coordenado por uma oficina de articulação situada no centro de uma região e administrada pelas pessoas encarregadas especialmente de velar para que todos os aspectos regionais de cada projeto se desenvolvam totalmente e se integrem no conjunto do plano” (Beaglehole 1953: 594).

Apesar das dificuldades iniciais dos governos aceitarem a tese da estratégia regional, ao final ela acabou prevalecendo nas negociações com os organismos internacionais:

“Muito depende dos resultados que se logre com cada projeto nacional, como também de que as bolsas oferecidas aos nacionais de todos os países, sejam índios ou não, para ir estudar e participar nos projetos dos outros países sirva para inculcar pouco a pouco a convicção de que o regionalismo, distante de ser um altruísmo mais ou menos idealista, não é mais que uma maneira distinta de demonstrar que, com o tempo, se aprende mais cooperando que fazendo experiências isoladas por conta própria. O regionalismo tem que impor-se, assim, pelos seus próprios méritos. O que a missão pode fazer a mais foi assegurar-se de que o ambiente fosse suficientemente propício para que fosse dada oportunidade à tese do regionalismo demonstrar seus méritos. Incumbem agora às organizações internacionais proporcionar, em colaboração com os governos, os meios necessários para que se estimule o mais possível o aspecto puramente regional do programa da missão” (Beaglehole 1953: 595).

O programa de ação, elaborado sob a direção da OIT com a colaboração dos demais organismos internacionais, foi aprovado em junho de 1953 pela Junta de Assistência Técnica, dando início ao que veio a ser conhecido também como *Programa de Assistência Técnica às Populações do Altiplano Andino*, ou simplesmente *Acción Andina*. Os acordos com os países foram firmados em agosto de 1953 com os Governos de Bolívia e Peru, e em janeiro de 1954 com o Governo do Equador. Em setembro de 1953 foi criado em Lima um escritório regional, encarregado de coordenar o conjunto das ações nos três países.

A implementação da *Acción Andina* teve início de fato no segundo semestre de 1954, embora a primeira *base de ação*, a de Pillapi, próxima a La Paz, tenha sido

inaugurada no início de 1954. Em outubro de 1954 foram criadas duas bases na Bolívia, uma em Playa Verde e outra em Otavi. A *Acción Andina* atuou no Peru nas zonas de Puno, Ayacucho, Apurímac e Cuzco; e na Bolívia na zona de Santa Cruz. No Equador, na zona de Otavalo, a partir de 1954, Riobamba, a partir de 1956, e por toda a Serra, a partir de 1959. Ao todo foram instaladas no Equador bases de ação em Ibarra, Ambato, Riobamba, Cañar, Cuenca e Loja; uma base anexa em Guaslan; e um projeto com fundo especial em Riobamba, sob a responsabilidade da OAA. Em outubro de 1960, a *Missão Andina* estende suas operações para a Colômbia (nas zonas do Cauca e de la Guajira), em 1961, chega ao Chile, na zona de Arica, e na Argentina, nas altas estepes de Jujuy (Humahuaca). Em 1963, chega à Venezuela, entre os *guajiros* situados na fronteira com a Colômbia.

A operacionalização em campo é feita a partir de *bases de ação* constituídas segundo o modelo dos *centros coordenadores mexicanos*, mostrando as afinidades entre ambas as estratégias de implantação e operação no meio indígena. As *bases de ação* eram animadas por equipes multidisciplinares de especialistas internacionais e nacionais, integradas por um chefe (em geral um antropólogo), um agrônomo, um médico, um especialista em matéria de educação, um veterinário, uma visitadora social, uma enfermeira, alguns instrutores em matéria de formação profissional e artesanal etc.

A localização *base de ação* era escolhida considerando que o lugar devia estar no centro de uma região *tipicamente indígena*, de onde os trabalhos podiam se irradiar facilmente sobre uma população mais ou menos numerosa. A *rede de bases de ação* constituía a estrutura em que se apoiava o *Programa Andino* para implementar o conjunto de ações e atividades previstas em um *plano de trabalho* previamente estabelecido.

O *Programa Andino* incluía originalmente ações nas seguintes áreas: desenvolvimento comunitário, moradia, serviços sociais, técnicas sócio-antropológicas, educação, saúde e saneamento e formação e capacitação de pessoal. Entre as atividades estavam, por exemplo: a construção de escolas; a abertura de oficinas de produção de artesanato; a construção e melhoria de estradas, represas e pontes; a construção e melhorias de hospitais; o melhoramento na forma de aprovisionamento de água e evacuação de águas residuais; entre outras. Ou seja: o conjunto de ações consideradas básicas para a “melhoria das condições de vida de uma população”.

Na área de “saúde e saneamento”, o *Programa* pretende proporcionar a penetração da medicina moderna nas comunidades indígenas, em substituição às práticas tradicionais. Também promove ações de educação sanitária e prevenção, e em várias bases de ação há centros de saúde equipados e com equipe de saúde, que também se deslocam até as comunidades da área de abrangência. Como exemplo do relativismo cultural adotado no programa, numa avaliação de resultados publicada do Anuário Indigenista de dezembro de 1963, é afirmado que a substituição gradual do *curandeirismo tradicional* praticado por *feiticeiros* e *curandeiros empíricos* constituía um notável progresso em matéria de educação sanitária e defesa da saúde. E mais, dizem:

“Há algo mais significativo. O campesino cético em relação às curas alheias da magia ou das práticas empíricas de sua comunidade, terminou em muitos casos não só por solicitar um tratamento médico, senão por pagar o valor dos medicamentos. Se bem a soma paga seja unicamente simbólica, por estar muito abaixo do seu verdadeiro custo, é um bom sintoma do processo educativo que se está operando: o de o campesino se dispor a pagar” (Instituto Indigenista Interamericano 1963: 44-45).

Outra meta da *Acción Andina*, e a mais importante para os objetivos do *Programa*, é a melhora nos métodos e condições de produção quase que exclusivamente agrícola nas comunidades. Segundo Jef Rens, “os agrônomos se esforçaram por iniciar

os agricultores [indígenas] em métodos modernos de trabalho da terra e introduziram espécies selecionadas de sementes e de plantas cujo rendimento supera o das espécies indígenas” (1961: 504). Também foram incentivadas ações de repovoamento florestal e plantio maciço de eucaliptos. A *Revolução Verde* dava seus primeiros passos, e certamente não será equivocado afirmar que o *Programa* serviu também como base para experimentações adaptativas de espécies agrícolas de outras regiões, para a introdução de novas espécies agrícolas na região, especialmente alimentares, e para a formação de bancos genéticos de espécies nativas de uso tradicional.

Sob o pretexto de atender a “fome no mundo”, as Fundações Rockefeller, Ford e Kellogg, com o apoio financeiro do Banco Mundial e da ONU, iniciaram a Revolução Verde nas décadas de 1940 e 1950, introduzindo nos países do “Terceiro Mundo” e entre as populações “pobres” e “carentes de alimentos” as variedades selecionadas de milho e trigo no México e de arroz nas Filipinas e Índia. Com a Revolução Verde (RV), consolida-se no mundo a agricultura industrial de base química, enriquecendo as companhias de fertilizantes minerais e de agrotóxicos. A RV resultou também na substituição dos cultivares tradicionais, e de seus ancestrais silvestres nos “centros de origem”, por variedades geneticamente uniformes, reduzindo, dessa maneira, as fontes básicas para futuros melhoramentos, além de tornar os agricultores dependentes de cultivares excessivamente caros e exigentes de insumos (Mooney, 1987).

Comunidades, agentes e iniciativas de mudança

A ação das *bases* incidia sobre as comunidades indígenas, vistas como as unidades morfológicas básicas da estrutura social e econômica indígena do altiplano andino. Alfred Métraux (1959: 266) deu uma definição extensa dessas comunidades:

“A comunidade moderna está constituída por varias famílias ‘ampliadas’ ou ‘domésticas’, que não reivindicam o pertencimento a uma mesma linhagem, embora cada família guarde a lembrança de seus antepassados. Certas comunidades formaram-se pela agregação de famílias que chegaram em diferentes momentos, e os descendentes das últimas gozam de menos respeito que as outras, que se consideram autóctones. O território da comunidade é considerado inalienável, embora sejam reconhecidos os direitos de propriedade das famílias e no interior do grupo cada um seja livre de dispor da sua terra. Os pastos e as zonas de bosque são explorados coletivamente. A comunidade está regida por autoridades designadas por ela mesma e renovadas cada ano. Se caracteriza, além disso, por diversas formas de trabalho coletivo. Um de seus traços distintivos é a solidariedade de seus membros cada vez que surge a ameaça de perder a terra. Sem dúvida alguma, a necessidade de fazer frente à usurpação de suas terras pelos grandes proprietários e os mestiços tem reforçado a coesão das comunidades, e as têm permitido sobreviver a pesar de todas as medidas legislativas tomadas para destruí-las”.

Nesse pequeno estudo, publicado na *Revista Internacional del Trabajo* da OIT, Métraux é bastante explícito quanto às suas intenções: quer destacar o que ele chama de *aspectos comuns das culturas indígenas* do altiplano Andino, aportando elementos que deixem claro que a estratégia regional proposta pelas agências internacionais aos Estados nacionais é a mais acertada. Alfred Métraux foi conselheiro da UNESCO de 1947 a 1962, e esteve envolvido nas ações da instituição de “assistência técnica à população andina”. Em relação à participação de antropólogos na administração colonial, Métraux manifestou certa vez que ela deveria orientar-se preferencialmente para guiar a transição de uma forma de cultura à outra para evitar as consequências desastrosas que muitos países do mundo sofreram por essas mudanças no passado. Nesse sentido, sugeriu, a principal função destes especialistas poderia consistir em explicar aos demais técnicos a natureza da cultura com a qual estão trabalhando e servir de porta voz e intérprete da civilização científica-industrial aos membros desta cultura (Métraux, 1953).

Embora não tenhamos tido até o momento acesso a relatórios, descrições e nem análises pormenorizadas mais capilares sobre que estratégias foram utilizadas pelos gestores do *Programa* para envolver a população e que mecanismos persuasivos foram usados, percebe-se pelos relatos analisados - contaminados pela intenção modernizadora - que existiam formas de dominação e de sujeição agindo, classificando, ordenando, controlando, coagindo, tencionando, reforçando, determinadas relações sociais, formatando significados e sentidos sobre (e para) determinadas práticas sociais cotidianas e determinadas instituições - prévias ou erigidas pelo *Programa*. O trecho citado acima dá algumas pistas sobre as formas de coação local (dos fazendeiros) e governamental, embora não fale das ações de resistência indígena – os *levantamientos de los huasipungueros* (ver Guerrero 1991; Thurner 2000; Prieto 2004).⁶

O *huasipungo* é uma das mais antigas instituições no campo da “regulamentação do trabalho na região andina” (Oberem 1988). No Equador, *huasipungo* se refere à parcela de terra que o proprietário de uma fazenda põe à disposição de um *peón* – ou *huasipunguero* – a fim de que possa cultivá-la para si. A condição de *huasipungo* é uma condição assemelhada à de “servidão”, daí ser comum encontrar na literatura equatoriana a caracterização do *sistema de haciendas andinas* como um sistema de tipo semi-feudal (ver: Ibarra 2002; Korovkin 2002; Martínez 2002). Os *huasipungueros* trabalham para o fazendeiro uns 5-6 dias da semana em troca do acesso a esta parcela de terra. Junto com o *huasipungo* vai o direito de uso de água e coleta de lenha, assim como a autorização para manter uma determinada quantidade de gado nos pastos naturais da fazenda. Esta instituição serve para assegurar mão-de-obra ao latifundista.

⁶ Vem ao encontro desta nossa observação o conselho metodológico de Michel Foucault (1979: 186), quando diz que: “em vez de orientar a pesquisa sobre o poder no sentido do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado e das ideologias que o acompanham, deve-se orientá-la para a dominação, os operadores materiais, as formas de sujeição, os usos e as conexões da sujeição pelos sistemas locais e os dispositivos estratégicos. É preciso estudar o poder colocando-se fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania

Poucos anos depois que os espanhóis conquistaram, em 1534, o território da atual República do Equador, foi realizada a repartição das terras a favor dos novos senhores. Surgiu, para os proprietários, o problema da obtenção de mão-de-obra para a exploração da terra. Os olhos se voltaram para os indígenas. Consta que já por essa época existiam dispositivos legais sobre a possibilidade de empregar indígenas, na qualidade de *vassalos livres da Coroa Real*.

Segundo pesquisas do antropólogo alemão Udo Oberem, realizadas em arquivos públicos e privados do Equador entre 1964/1965, embora se possa afirmar que *huasipungo* seja uma palavra quéchua, composta de *huasi* (casa) e *pungo* (porta), de fato pouco ou quase nada se sabe sobre onde e como se chegou a esta designação. Aparece muito pouco na documentação anterior ao começo do século XIX e somente no Equador. Em outros países latino-americanos, nos quais se reproduzem relações de trabalho na agricultura análogas ao *huasipungo*, estes “trabalhadores rurais” são chamados de *terrazgueros* (Colômbia), *inquilinos* (Chile), *yanacunas* (Peru) ou *colonos* (Bolívia). Em 1954, havia na Serra Equatoriana cerca de 19.665 *huasipungueros* que, com suas famílias, constituíam cerca de 22% da população rural. A maior parte dos *huasipungueros* (12.795) se encontrava em três províncias: Chimborazo, Cotopaxi e Pichincha.⁷

O II Congresso Indigenista (Cuzco, Peru, junho/julho de 1949) adotou entre suas Resoluções a que leva o número 51, que propõe a ratificação da recomendação XLIII da Ata Final do Congresso de Pátzcuaro e, ao fim de levar à prática o Artigo IV, ponto 2b

jurídica e pela instituição estatal. É preciso estudá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação”.

⁷ A instituição *huasipungo* só começa a ser parcialmente questionada na Lei de Reforma Agrária e Colonização, publicada pelo governo militar em 11 de julho de 1964. O título quinto dessa Lei, que abarca os artigos 65 a 99, trata dos assuntos relacionados com a posse da terra e o trabalho agrícola. O artigo 65, por exemplo, determina que o pagamento ao trabalhador (seja ele indígena ou não) seja feito na forma de salário em moeda, e proíbe efetuar-lo total ou parcialmente por meio de direito ao usufruto da terra ou ao uso da água. Mais do que colocar

da Convenção Internacional, que o Instituto Indigenista Interamericano implementasse as medidas necessárias, técnicas e econômicas, para que, no prazo mais breve possível, se recopilasse e publicasse a legislação indigenista dos países latino-americanos. No Equador este trabalho foi realizado por Alfredo Rubio de Orbe e publicado pelo Instituto em 1954, no México, com o título *Legislación Indigenista del Ecuador*. Inclui decretos, leis, resoluções, acordos e regulamentos publicados no período de 1828 a 1950. Vai do Decreto de Bolívar sobre “*Contribución Personal de Indígenas de 18 a 50 años*”, de 15 de outubro de 1828, ao Decreto que cria o “*Servicio Ambulante Rural de Extensión Cultural*” (Sarec), com o objetivo de modernizar as relações sociais e principalmente o conhecimento tecnológico das populações, de forma a promover maior eficácia à “tarea salvadora de elevar el nivel vital de las masas campesinas”. Na coletânea foi incluída também parte do Código do Trabalho, o capítulo VI, que trata Del Trabajo Agrícola (1938), onde são descritas as disposições que regulam as relações entre o “patrono agricultor” e “el obrero agrícola llamado también peón”. Por peón a lei identifica aquele que executa trabalhos agrícolas para outros, mediante remuneração, e pode ser: jornaleiro, huasipunguero, destajero e “yanapero” ou “ayuda”. No artigo 244, huasipunguero designa “el que trabaja en un fundo mediante estipendio que lo recibe: parte en dinero, como jornal, y parte en aprovechamiento de una parcela que le da el patrono”. Antes dela existiu, em 1937, a Ley de Organización y Régimen de las Comunas. Estatuto Jurídico de las Comunas Campesinas, que reconhece os povoados ou comunidades campesinas (denominadas de Caseríos, Anejos, Barrios, Comunidades ou Parcialidades) como pessoa jurídica e administrativa dependente do Ministério de Previsión Social.

em questão os obstáculos ao acesso indígena a terra, a legislação visa promover a modernização das relações de trabalho no meio rural.

O Estado também se faz presente nas comunidades, impondo determinadas formas de organização política local e gestão comunitária, chegando ao ponto de influir na decisão da pessoa melhor indicada para o cargo. É no próprio Métraux (1959) que vamos encontrar referência sobre isso. Embora afirme que nem o regime espanhol nem as repúblicas que a sucederam suprimiram as autoridades locais, renovadas todo ano, observa que no Peru se aplica o termo “*varayaco*” – palavra híbrida formada da espanhola “vara” e do sufixo quíchua que significaria “amo de” – aos funcionários, que levam também o título de *alcalde*, *alguacil*, *segundo* etc. Segue sua descrição dizendo que as autoridades são designadas pelos chefes de família que compõem uma espécie de “conselho sem existência legal”. Suas decisões seriam tomadas em conversações privadas ou em encontros “mais ou menos casuais”:

“Os *alcades* são confirmados em seu posto pelo governador ou por qualquer outro funcionário nacional. São às vezes juízes de paz, comissários de polícia, *alcades* e conselheiros econômicos e exercem as mais variadas funções; suas ordens são executadas por subalternos que levam o título de *alguaciles* ou *segundos*. As honras que se rendem aos *alcades* e o prestígio de que desfrutam não compensam as incomodações do cargo. Estão mais expostos que nenhum outro às exigências das autoridades dos povoados e das cidades; são responsabilizados pela conduta dos seus subordinados e devem assumir enormes gastos se desejam assegurar seus prestígio e autoridade. A centralização que se manifesta nas repúblicas andinas à medida que vão sendo mais bem administradas e que melhoram as vias de comunicação acrescenta os poderes dos funcionários do Estado, em detrimento do que se atribui às autoridades locais. Não obstante, embora muitos índios prefiram não desempenhar esses cargos, nem sempre é fácil evitá-los. A pressão da opinião pública, o descontentamento do governador ou do subprefeito logra vencer sua resistência” (Métraux, 1959: 268).

A *parroquia* constitui a base de uma comunidade indígena no altiplano andino. Seu padrão de povoamento provém da colônia e é do tipo semi-disperso. Possui uma aldeia ou povoado central com casas de telha, faz às vezes de centro cerimonial, rodeado por um sem número de *anejos* (*caserios*) dispersos que até pouco tempo atrás tinham uma definida identificação étnica (Burgos 1968: 228). Teoricamente, no povoado central da *parroquia* vivem mestiços, e nos *anejos*, os indígenas. O território

mais alto (*cerros e estribaciones*), geralmente corresponde aos *anejos*, enquanto que os lugares mais baixos e com melhor comunicação pertencem aos povoados centrais dos mestiços. No Equador, é comum confundir-se o *anejo* (também chamado “parcialidade”) com a comunidade indígena, sendo que o *anejo* é tão somente uma célula da estrutura comunitária. Tanto índios como mestiços mantêm entre si uma desequilibrada interdependência muito bem marcada. Quando os centros cerimoniais se vêem rodeados de fazendas acabam perdendo sua função primária na estrutura comunitária acima descrita.

A Missão Andina e a “doutrina da integração”

Em relação à “doutrina da integração” sobre a qual se baseia os objetivos do *Programa Andino*, Jef Rens informa que ela se assenta, em primeiro lugar, na noção de *trabajadores indígenas* ou *trabajadores aborígenes*. Estabelecida na Conferência Internacional do Trabalho de 1936, que tratou do recrutamento de trabalhadores indígenas, “a expressão ‘*trabajadores indígenas*’ compreende aos trabalhadores que pertencem ou estão assimilados as populações indígenas dos territórios dependentes dos Membros da Organização, assim como aos trabalhadores que pertencem ou estão assimilados às populações indígenas dependentes dos territórios metropolitanos dos Membros da organização” (Rens 1961: 493). Outro marco normativo ao qual Jef Rens relaciona o *Programa Andino* - seus objetivos, conceitos e estratégias de ação - é a Convenção sobre as “Populações Indígenas e Tribais”, de 1957, também conhecida como Convenção 107 da OIT. A Convenção estabelece que seja incumbência principal dos governos desenvolverem programas coordenados e sistemáticos com vistas à proteção das populações em questão, bem como a sua integração progressiva na vida de seus respectivos países. Ali também está definido que a Convenção se aplica: (1) aos

membros das populações tribais ou semi-tribais em países independentes, cujas condições sociais e econômicas correspondem a um estágio menos adiantado que o atingido pelos outros setores da comunidade nacional e que sejam regidas, total ou parcialmente, por costumes e tradições que lhes sejam peculiares ou por uma legislação especial; e (2) aos membros das populações tribais ou semi-tribais de países independentes que sejam consideradas indígenas pelo fato de descenderem das populações que habitavam o país, na época da conquista ou colonização e que, qualquer que seja seu estatuto jurídico, levem uma vida mais conforme às instituições sociais, econômicas e culturais daquela época do que as instituições peculiares à nação que pertencem.

O *Programa*, diz Rens, embora tenha uma história de vida anterior à aprovação da Convenção, incorpora a *doutrina da integração*. Vejamos as principais considerações sobre as quais se baseia a Convenção: (1) “que há nos diversos países independentes populações indígenas e outras populações tribais e semi-tribais que não se acham ainda integradas na comunidade nacional e que sua situação social, econômica e cultural lhes impede de se beneficiar plenamente dos direitos e vantagens de que gozam outros elementos da população; (2) que é conveniente, tanto do ponto de vista humano como no interesse dos países interessados, procurar a melhoria das condições de vida e trabalho dessas populações mediante uma ação simultânea sobre o conjunto de fatores que as mantiveram até aqui à margem do progresso da comunidade nacional de que fazem parte; (3) que a aprovação de normas internacionais de caráter geral sobre o assunto será de molde a facilitar as providências indispensáveis para assegurar a proteção das populações em jogo, sua integração progressiva nas respectivas comunidades nacionais e a melhoria de suas condições de vida ou de trabalho.”

Na visão de Jef Rens, diretor geral adjunto da OIT, esta doutrina implica “no reconhecimento dos valores culturais próprios das populações indígenas; longe de querer destruir esses valores, tende a vencer os prejulgamentos que existem com respeito a eles. Enquanto que para essas populações a assimilação significa o abandono de suas características particulares, a integração lhes dá o direito de entrar na vida nacional do país em que vivem, ao mesmo tempo em que salvaguarda sua personalidade própria” (1961: 494). No seu entendimento, ela responde a um duplo imperativo: por um lado, a integração seria uma aspiração dos indígenas, “esses povos desfavorecidos” que, em todas as partes do mundo, iniciaram a marcha até a conquista de melhores condições de vida; por outro, responde às necessidades que experimentam os países “insuficientemente desenvolvidos” de organizar uma economia moderna e suprimir, de forma radical, as barreiras que separam aos indígenas de outros setores da população e que obstaculizam a introdução de novas formas de produção. Ou seja, os gestores responsáveis pela implementação do *Programa Andino*, ao mesmo tempo em que postulam o relativismo cultural, não abandonam a meta de incluir aos índios na sociedade nacional. Temos assim, como referido acima, um discurso ideológico relativista encobrindo uma prática integracionista.

Mais uma vez fica claro o caráter instrumental do *Programa Andino* em relação aos indígenas, mesmo quando esses são representados como populações interessadas, nos termos utilizados da Convenção (Artigo 1), que necessitam de ajuda para se ajustarem às novas formas de organização e exploração econômica dos países: “os índios são perfeitamente capazes de assimilar todas as técnicas modernas da produção e de elevar-se ao nível cultural do resto de seus concidadãos” (Rens 1961: 495).

De fato, por trás da aparente boa vontade em assistir os indígenas para que se desenvolvam há, como vimos, uma clara intenção de atender aos interesses econômicos

maiores do país, colocados acima de interesses específicos, especialmente se forem de populações tribais ou semi-tribais. Rens completa dizendo que “quando se examina o conjunto de suas atividades, o Programa Andino dá impressão de ser, em última instância, uma vasta campanha de educação tendente a instruir a população indígena e a mostrar para ela a via para uma existência melhor” (1961: 506).

Calcula-se que a população diretamente “beneficiada” pelo Programa no Equador foi de aproximadamente 100.000 pessoas e a que se “beneficiou” indiretamente ultrapassou a casa das 200.000 pessoas. No Peru, num total de mais de 200 comunidades, se chegou a um número aproximado de 50.000 pessoas. O mesmo número de comunidades foram alcançadas na Bolívia, “beneficiando” cerca de 100.000 pessoas. Em termos financeiros, Jef Rens (1961) informa que o total, contabilizando os gastos ocasionados pelo Programa em todos os países andinos entre 1951 e 1962, assim como os compromissos subscritos para assegurar sua continuidade no futuro imediato, chegou a US\$ 11,250 milhões.

Avaliações internas

O relatório de avaliação de resultados publicado no Anuário Indigenista (1963) informa que, no caso das ações de promoção do desenvolvimento da comunidade no Equador,

“o Programa Andino havia dado especial atenção à organização das comunidades indígenas a fim de canalizar suas atividades direcionadas para a realização de obras de assistência coletiva e melhoras. O primeiro passo nesse sentido foi dotar as comunidades de uma condição jurídica, sob a proteção da lei de comunas e o estatuto jurídico das comunidades rurais, vigentes no país. O Programa logrou visíveis êxitos no relativo à organização das comunidades, organizando eleições democráticas e livres para constituir os “*cabildos*” (autoridades locais das comunidades rurais). No passado, a eleição de “*personeros*” (representantes da comunidade) era influenciada com freqüência pelas autoridades civis ou religiosas ou por pessoas alheias a comunidade. A fim de assegurar a eficiência e continuidade dos planos de desenvolvimento da

comunidade e para reforçar as dependências locais do Governo, o Programa concedeu formação aos dirigentes. Mediante cursos de formação para os membros dos “*cabildos*”, se ensina aos dirigentes métodos adequados para permitir-lhes direcionar o trabalho e os recursos da comunidade no sentido do bem social. Estes cursos são dados em um instituto especial criado com este objetivo, o Centro de Guaslan. [...] Por intermédio do governo comunal, o “*cabildo*”, tem sido possível a realização de projetos de interesse coletivo. Graças ao esforço das próprias comunidades e à ajuda e o conselho do Programa, os campesinos construíram caminhos, pontes, igrejas e centros comunitários, escolas locais, campos desportivos, etc. O Programa Andino proporciona assistência legal gratuita aos campesinos indígenas, vítimas freqüentes de conflitos com fazendeiros e pessoas alheias à comunidade. Um funcionário do Programa, advogado, presta assistência para a organização jurídica das comunidades e a elaboração de regulamentos comunitários” (Instituto Indigenista Interamericano 1963: 51-52).

Independente dos questionamentos que possam ser feitos sobre as mudanças induzidas pela *Mission Andina Ecuador* (MAE) nas relações e na forma de organização social das comunidades, o fato é que elas existem e estão expressas em vários relatos anteriores: levar as comunidades para um modelo mais adequado às expectativas governamentais e das agências internacionais, o que significa introduzir ou ajudar as famílias e comunidades indígenas a dar um novo sentido a determinadas práticas sociais e econômicas; prepará-las para a integração via modernização dos valores, da forma de organização política e da estrutura tecnológica e econômica comunitária.

Contradizendo a imagem positiva que a avaliação tenta construir, os comentários de Hugo Burgos (1968), pesquisador do Departamento de Investigações Antropológicas do Instituto Indigenista Interamericano, dão margem a concluir que as coisas não são tão positivas assim, ao menos na zona onde ele realizou suas investigações, nas comunidades de Riobamba: “onde está o grosso das comunidades indígenas monolíngues, fechadas aos programas de mudança, os programas da MAE passaram despercebidos para as pessoas ou tiveram uma grande oposição, incluindo sérias ameaças de morte contra seus funcionários.” (Burgos 1968: 237).

Ao final, Burgos lista as causas da ineficiência da MAE: (1) o desconhecimento ou desconsideração do contexto e das relações interculturais na região que se propõe “desenvolver”; (2) a atuação atomizada, em alguns casos restrita a um setor da comunidade indígena; (3) o tempo de trabalho nas comunidades é muito reduzido - as visitas são por algumas horas, quando muito, a cada 8 ou 15 dias; (4) falta de integração dos técnicos com as comunidades; (5) falta de investigação antropológica com fins aplicados; (6) a maioria dos “especialistas internacionais” não vai ao campo colocar em prática seus conhecimentos técnicos; (7) há uma relativa fragmentação nos trabalhos, várias comunidades são atendidas simultaneamente e tudo é tratado com muita superficialidade; (8) e na hora de escolher os dirigentes do projeto, predomina a escolha política ou a amizade.

Oito anos antes, em 1960, o *Instituto Ecuatoriano de Antropología y Geografía* já havia apresentado uma avaliação dos primeiros cinco anos de implementação da MAE, mostrando o quão afastado encontravam-se os discursos oficiais da realidade do campo. A seguir pontuaremos as principais conclusões do relatório, publicado na revista *América Indígena* (1960: 40-41): (1) dos seis *cantones* que formam a Província de Chimborazo, somente Riobamba, Colta e Guano estavam envolvidos no Plano Indigenista, e das quarenta e duas *parroquias* rurais, cinco eram as únicas onde a Missão Andina havia estabelecido seus trabalhos, até o momento; (2) nas cinco *parroquias*, a exceção de uma, Gatazo, a população indígena é mínima; (3) dentro da demografia provincial, nenhuma das cinco *parroquias* é “tipicamente indígena”, nem confrontam sérios problemas socioeconômicos; (4) dos quarenta e nove *anejos* indígenas que conformam a demografia das cinco *parroquias* citadas, somente dez recebem benefícios diretos da Missão; (5) algo como 5,4% da população indígena de Chimborazo estaria sendo atendida pela Missão, os demais 94,6% continuariam na

mesma situação de *mitayos* e *huasipungueros* de há quatro séculos atrás; (6) a Missão instalou-se na região baixa da Província, onde não há indígenas *huasipungueros*, tida no discurso oficial como população alvo; (7) nas zonas propriamente indígenas, a Missão passou por alto, deixando as pessoas à própria sorte: “Suspeitamos que às pessoas da Missão Andina lhes aterrem esta realidade, inclusive cremos que existe um temor infundado, porque foi dito e se continua dizendo que esses índios são ‘bravos’”; (9) as pessoas da Missão encarregadas em chegar ao meio rural habitado pelos indígenas desconhecem em absoluto a cultura e menos ainda o idioma *quíchua*.

A MAE foi, segundo Luciano Martínez (2002), a primeira ação de desenvolvimento que, de fato, concentrou sua ação na população indígena da Serra.

Concebida como

“um programa de integração dos produtores indígenas na vida nacional ou mais claramente no mercado, foi um fracasso desde o ponto de vista produtivo, mas teve um êxito inesperado no âmbito organizativo. Se bem o trabalho implementado pela MAE esteve cheio de erros metodológicos, de concepções etnocêntricas, de ações dispersas e de pouco impacto, caracterizadas por um desenvolvimentismo fragmentado que com freqüência evitava as comunidades quéchuas falantes, apesar disso, seja como efeito direto ou indireto do trabalho desenvolvido no campo, o nível organizativo da população rural teve uma importante elevação. Mas o certo é que, posteriormente, não existiu nenhuma política explícita desenhada para os povos indígenas, nem na conjuntura da reforma agrária (1964) nem nas três décadas posteriores” (Martínez, 2002: 195).

Nacionalizando a Missão Andina

Na *Carta de Punta del Este*, adotada em 17 de agosto de 1961 pelos representantes das repúblicas americanas, se reafirma “solenemente” o objetivo fundamental do *Programa Andino*, declarando que os programas nacionais de desenvolvimento não medirão esforços para assegurar “nos países com população

indígena a integração desta ao processo econômico, social e cultural da sociedade moderna”.⁸

O Peru foi o primeiro país a realizar a transferência das funções executivas do Programa Andino das organizações internacionais para as “autoridades nacionais”. Em setembro de 1961 a direção nacional do Programa foi repassada a um “alto funcionário nacional”. Quanto aos “especialistas internacionais”, aos poucos foram assumindo funções de conselheiros e instrutores. O programa foi incorporado ao *Plan Nacional de Integración de la Población Aborígene*, coordenada por uma comissão interministerial presidida pelo *Ministro de Trabajo y Asuntos Indígenas*, da qual participam os *Ministros de Agricultura, Sanidad y Asistencia Social, Educación, Fomento y Obras Públicas y Defensa*. Também participam da Comissão quatro membros do Instituto Indigenista Peruano, representantes do *Instituto de Reforma Agrária e de Colonização*, do Banco de Fomento Agrícola, o diretor de Assuntos Indígenas, o chefe da Oficina Executiva do referido Plano e, *ex officio*, o representante residente da Oficina de Asistencia Técnica de las Naciones Unidas e o diretor regional do *Programa Andino*.

O Plano Nacional dispunha então de um escritório executivo que responde ao Ministro, e tinha sob sua responsabilidade dois Programas: o *Programa Andino*, na região de Puno, e o *Programa da Universidade de Cornell* na província de Vicos, em Ancash, e os de Cusco, Ayacucho e Junin.⁹ Também faziam parte do Plano Nacional o *Instituto Nacional de Instrutores para la Formación Profesional de Huancayo*, concebido de conformidade com os objetivos do Programa Andino, com a cooperação da OIT e financiado pelo Fundo Especial. Em decorrência da falta de coordenação das

⁸ Foi nessa reunião que os países acordaram constituir a Aliança para o Progresso, tida como “um vasto esforço para procurar uma vida melhor para todos os habitantes do continente”.

⁹ O CPP iniciou em 1952, e envolveu a população quéchua da província num projeto de pesquisa e de “antropologia aplicada” por quatorze anos. O projeto tinha por objetivo geral promover o “desenvolvimento” da comunidade envolvida, bem como sua integração na sociedade envolvente.

ações entre os vários órgãos envolvidos, em fevereiro de 1963 foi constituída uma subcomissão com as seguintes atribuições: (1) determinar os objetivos que devem orientar as atividades do Ministério frente aos problemas econômicos, sociais e culturais da população indígena, e (2) precisar as funções dos organismos que formam parte do setor de assuntos indígenas, delimitando as esferas de competência, a fim de tentar estabelecer uma forma coerente de coordenação das atividades.

No caso da Bolívia, a responsabilidade pela *Ação Andina* foi repassada pela OIT, em 1962, à *Dirección Nacional de Desarrollo Rural* (DNDR), órgão governamental que passou a exercer desde então a administração e a coordenação do Programa em nível nacional. A DNDR foi o órgão executivo do Plano de Desenvolvimento Rural, em cuja estrutura figurava também um *comité interministerial* com a competência de pronunciar-se sobre questões de política geral e coordenar as atividades de todos os demais órgãos participantes. Além de um *comité consultivo* formado por funcionários de todos os órgãos administrativos envolvidos, responsável pelo acompanhamento e avaliação periódica do Plano, existiam também *diretorias regionais* cuja função consistia em respaldar técnica e administrativamente as *bases de ação* que atuavam diretamente no terreno com as “comunidades”. Em fins de 1963, haviam quatro “bases” em funcionamento (Pillapi, Playa Verde, Otavi e Cocota) e uma quinta em fase de implantação em Cochabamba. O Plano previa ainda a criação de outras *bases* no centro e na região Sul do país, num total de aproximadamente cinquenta, cobrindo praticamente todas as regiões habitadas por populações indígenas. Com relação aos “expertos internacionais” que ainda continuavam trabalhando no Programa, previa-se que gradativamente eles deixariam de ter funções executivas, adquirindo progressivamente um caráter consultivo. Com este fim, foi firmado em 15 de fevereiro de 1963, em Genebra, um acordo envolvendo o então *Ministro de Asuntos*

Campeños de Bolívia, a OIT e os demais organismos internacionais participantes do Programa Andino.

No Equador, o Programa ainda estava sob a guarda da cooperação internacional em 1962, embora o número de “expertos internacionais” houvesse diminuído e vários postos estivessem ocupados por funcionários nacionais. Não obstante o chefe adjunto da Missão no Equador (MAE) ser um equatoriano, a chefia ainda estava nas mãos de um especialista internacional. Nesse país, a denominação *Missão Andina* (MAE) era o nome de um órgão ligado ao *Ministério de Previsión Social* que detinha uma grande autonomia em matéria de orçamento e gestão. Dentre os países envolvidos pelo *Programa*, o Equador foi onde ele se difundiu com maior rapidez, estendendo-se à quase totalidade das regiões habitadas por populações indígenas. Em 1962, em decorrência de boatos de que o governo cobraria novos impostos dos camponeses para cobrir custos operativos do *Programa*, houve um *levantamiento* de camponeses e indígenas que redundou na morte de vários funcionários. Desde então, o *Programa* havia ficado paralisado, sem previsão de retomada dos trabalhos, apesar dos anúncios em contrário do governo.

Por intermédio do Decreto Supremo nº 193, de 30 de janeiro de 1964, a MAE foi incorporada à estrutura do Estado equatoriano, convertendo-se no agente responsável pela implementação do *Programa Nacional de Desarrollo Rural*. Nesse mesmo ano, 1964, o governo central expede a primeira *Lei de Reforma Agrária*, fruto da pressão das comunidades indígenas por mudanças fundiárias no país e da pressão externa exercida pelas agências internacionais. Segundo Tanya Korovkin (2002), a reforma agrária de 1964, implementada pelo Instituto Ecuatoriano de Reforma Agrária e Colonização (IERAC), aboliu as relações de *huasipungo*, acelerando a desestruturação da ordem *semi-feudal* que ainda vigorava nos Andes equatorianos. Ao mesmo tempo,

outorgou aos antigos *huasipungueros* direitos de propriedade sobre suas minúsculas parcelas de terra. Entretanto, o governo passou pouquíssimas terras aos “*campesino-indígenas*”; nos sete anos posteriores à reforma agrária, só três por cento das terras da província de Chimborazo, por exemplo, foram objeto da atuação do IERAC. Ao mesmo tempo, os antigos *huasipungueros* perderam o acesso às áreas de pastagem e outros recursos das fazendas (lenha e água). Cada vez mais, tiveram que buscar no trabalho migratório e temporário um complemento para a agricultura familiar.

Não obstante os limitados resultados da reforma agrária de 1964 para os “*campesino-indígenas*”, afirma Korovkin (2002), no campo político-organizativo houve avanços importantes. Cresceu o número e a população das “comunas” – entidades jurídicas criadas pela Ley de Comunas de 1937. O partido comunista e a igreja católica, ao mesmo tempo em que disputavam espaço nas comunas, contribuíram para a organização destas enquanto protagonistas econômicos e políticos. No caso de Chimborazo, o “clero progressista” apoiou a organização de federações indígenas, como o Movimiento Indígena de Chimborazo (MICH), e, no nível da Serra, o movimiento Ecuador Runacunapac Riccharimui (ECUARUNARI). Ambas as entidades foram fundadoras da CONAIE – Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (ver CONAIE 1989).

As políticas de desenvolvimento rural implementadas no Equador a partir dos anos 1970 deram pouca atenção específica para os povos indígenas. O “problema indígena” era concebido como parte do problema campesino mais geral. Somente em meados dos anos 1990, sob influência direta do Banco Mundial, tem início o desenho de uma política específica para os povos indígenas, como uma resposta parcial aos *levantamientos indígenas* dos 1990.¹⁰

¹⁰ Referência ao *Proyecto de Desarrollo de los Pueblos Indígenas y Negros del Ecuador* (PRODEPINE).

Ao longo dos anos sessenta o *Programa Andino* é progressivamente transferido para os Estados nacionais, com o compromisso de incorporação do patrimônio e das capacidades geradas nas políticas públicas nacionais. Para isso, devem-se buscar recursos complementares, seja na forma de assistência técnica seja por empréstimo junto aos agentes financeiros interessados. Nesta fase, a direção do *Programa Andino*, ainda sob a coordenação da cooperação internacional, intermedia as negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para que sejam facilitados os recursos necessários aos Governos da Bolívia e do Equador, na forma de empréstimos “em condições excepcionalmente favoráveis”, para a manutenção e ampliação dos programas nacionais. Ainda, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), financiava os gastos administrativos e de pessoal do Governo Boliviano, decorrentes da ampliação do programa de integração que os empréstimos do BID haviam possibilitado. Para 1964, por ocasião do Congresso Indigenista Interamericano em Quito, previa-se a assinatura de acordos de cooperação entre o Programa Andino e o Instituto Indigenista Interamericano, de forma a potencializar as ações desenvolvidas por cada um dos parceiros. Em 1973 a *Missão Andina* esta completamente nacionalizada, e pelo que informa Henri Favre (1998: 106-108), completamente desestruturada.

Considerações finais

Se substituirmos a palavra “integração” por “inclusão” se verificaria com maior facilidade que há muitas semelhanças, no plano discursivo, entre o indigenismo que orientava as ações voltadas para a promoção e a integração dos indígenas nos anos 1940/1950 e o atual em alguns âmbitos governamental e não-governamental. Há uma orientação comum pela idéia da integração/inclusão indígena visando a retirá-los da

condição de subordinação, de forma participativa e respeitosa ao seu modo de organização social e sua cultura. As variações vão aparecer na forma de fazê-lo e no lugar que é dado aos indígenas ocupar nas diferentes iniciativas governamentais e internacionais. Em ambos coabitam o relativismo cultural com a necessidade de intervir de forma dirigida para promover mudanças na vida dos indígenas de forma a torná-la compatível com os fundamentos estratégicos da integração para o progresso nacional. Modernizam-se as estruturas sociais tradicionais para que os indígenas possam enfrentar, em melhores condições, as exigências do mundo contemporâneo - argumenta-se.

Referências bibliográficas:

ALBERT, Bruce. “Anthropologie appliquee ou anthropologie ‘impliquee’ ? Ethnographie, minorites, et developpement”. In : BERE, J-F. (org.). *Les Applications de L’Anthropologie*. Paris: Karthala, 1995, pp. 87-118.

BARTOLI, Laura. *Antropología Aplicada: historia y perspectivas desde América Latina*. Quito, Ecuador: Abya Yala, 2002.

BEAGLEHOLE, Ernest. “Una misión de asistencia técnica en el altiplano andino”. *Revista Internacional del Trabajo*, vol. XLVII, No. 6 (junio); 1953; pp. 582-598.

BELLO, Andrés. *Etnicidad y ciudadanía en América Latina. La Acción Colectiva de los Pueblos Indígenas*. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.

BRETÓN, Victor. “Del reparto agrario a la modernización excluyente: los limites del desarrollo rural en América Latina”. In: BRETON, Victor et al. *Los Limites del Desarrollo: Modelos “Rotos” y Modelos “por Construir” en América Latina y África*. Barcelona: Icaria, Institut Catala D’Antropologia, 1999.

BRETÓN, Victor. *El “Desarrollo Comunitario” como Modelo de Intervención en el Medio Rural*. Serie Diálogos. Quito, Ecuador: Centro Andino de Acción Popular, 2000.

BURGOS, Hugo. “Efectos del avance tecnológico em las comunidades indígenas del centro de los Andes ecuatorianos”. *Anuário Indigenista*, vol. XXVIII; 1968, pp. 225-240.

CERNEA, Michael. “El conocimiento de las ciencias sociales y las políticas y los proyectos de desarrollo”. In: CERNEA, Michael (org.) *Primero la Gente. Variables Sociológicas en el Desarrollo Rural*. México: Banco Mundial y Fondo de Cultura Económica, 1995, pp. 25-66.

CONAIE. *Las Nacionalidades Indígenas en el Ecuador. Nuestro Proceso Organizativo*.

- Quito, Ecuador: Abya Yala, Ediciones Tincui - CONAIE. Segunda Edición, 1989.
- DÍAZ-POLANCO, Hector. *Autonomía Regional: La Autodeterminación de los Pueblos Indios*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1991.
- FAVRE, Henri. *El Indigenismo*. México: Fondo de Cultura Económica, (1996) 1998.
- GUERRERO, Andrés. *La Semántica de la Dominación: elconcertaje de indios*. Quito, Ecuador: Ediciones Libri Mundi, Enrique Grosse-Luemern, 1991.
- IBARRA, Hernán. “Gamonalismo y dominación en los Andes”. *Iconos* 14; 2002, pp. 137-147.
- INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO. “El Programa Indigenista Andino. Evaluación de sus Realizaciones”. *Anuario Indigenista*, Vol. XXIII; 1963, pp. 43-97.
- KOROVKIN, Tania. *Comunidades Indígenas. Economía de Mercado y Democracia en los Andes Ecuatorianos*. Quito, Ecuador: CEDIME, IFEA e Abya-Yala, 2002.
- LOMNITZ, Larissa. “La antropología y el desarrollo latinoamericano”. *América Indígena*. Vol. XLIII (2); 1983, pp.247-259.
- MARTÍNEZ, Luciano. *Economía Política de las Comunidades Indígenas*. Quito: ILDIS, Abya-Yala, Oxfam, FLACSO, 2002.
- MÉTRAUX, Alfred. “Applied Anthropology in Government: United Nations”, em KROEBER, Alfred (ed.), *Anthropology Today. An Encyclopedic Inventory*, 1953 - citado por Albert 1995: 101-102.
- MÉTRAUX, Alfred. “La estructura social y económica de las comunidades indias de la región andina”. *Revista Internacional del Trabajo*, vol. LIX, No. 3 (marzo); 1959, pp. 261-281.
- MOONEY, Pat. *O Escândalo das Sementes. O Domínio da Produção de Alimentos*. São Paulo: Nobel, 1987.
- OBEREM, Udo. “Contribución a la historia del trabajador rural de América Latina: “conciertos” y “huasipungueros” en Ecuador”. In: BECKER, F. (comp.) *América Latina en las Letras y Ciencias Sociales Alemanas*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1988, pp. 25-68.
- OIT “Informes y Encuestas – La formación profesional y la implantación de talleres de servicios en un medio rural pobre”. *Revista Internacional del Trabajo*, vol. LXV, No. 2 (febrero); 1962a, pp.143-165.
- OIT Informes y Encuestas – El papel de los promotores sociales en la base de acción de Puno del Programa andino”. *Revista Internacional del Trabajo*, vol. LXVI, No. 3 (septiembre); 1962b, pp. 281-295.
- PRIETO, Mercedes. *Liberalismo e Temor: Imaginando los Sujetos Indígenas en el Ecuador Postcolonial, 1895-1950*. Quito: FLACSO-Ecuador, Abya Yala, 2004.

RENS, Jef. “El Programa Andino”. *Revista Internacional del Trabajo*, vol. LXVIII (julio-diciembre); 1961, pp. 485-531.

RENS, Jef. “Evolucion y perspectivas del Programa Andino”. *Revista Internacional del Trabajo*, vol. LXVIII (julio-diciembre); 1963, pp. 633-651.

SCHRÖDER, Peter. *Economia Indígena : situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia*. Pernambuco : Editora Universitária UFPE, 2003.

SOUZA LIMA, Antonio C.. “O indigenismo no Brasil: migrações e reapropriações de um saber administrativo”. In: L'ESTOILE, B. et. al (orgs.). *Antropologia, Impérios e Estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ, 2002.

THURNER, Mark. “Políticas campesinas y haciendas andinas em la transición hacia el capitalismo: una história etnográfica”. In: Guerrero, Andrés (comp.). *Etnicidades*. Quito: FLACSO-Ecuador, ILDIS, 2000, pp. 336-396.

VERDUM, Ricardo. “Etnodesenvolvimento e Mecanismos de Fomento do Desenvolvimento dos Povos Indígenas: A Contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)”. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos e BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra-Capa/LACED, 2002, pp. 87-105.